



Site do CRB-6 sofre alterações

Durante a última semana de julho de 2009, bibliotecários mineiros fizeram contato com o CRB-6, indicando problemas de acesso ao site e aos serviços vinculados a este meio de comunicação, como o atendimento on line (chat) e o link de vagas e concursos.

Esclarecemos que as dificuldades decorrem de mudança adotada na página. Conforme resolução do Conselho Federal de Biblioteconomia (CFB), os sites de todo o Sistema CFB/CRB serão padronizados, devendo cada Conselho Regional abdicar do uso de suas páginas personalizadas e serviços distintos.

A decisão foi formalizada na Resolução CFB nº 101, de 11 de maio de 2009, que instituiu o Portal Corporativo como padrão para compartilhamento, distribuição e disseminação de fontes heterogêneas de informação disponíveis no Sistema Conselho Federal de Biblioteconomia e Conselhos Regionais de Biblioteconomia (Sistema CFB/CRB). A mesma Resolução determinou que os Conselhos Regionais implantassem a ferramenta tecnológica até o dia 30 de junho de 2009.

Os Conselhos que não atenderam de imediato a decisão do CFB, entre eles o CRB-6, receberam ofício-circular em 10 de julho alertando para possível aplicação de penalidade, prevista no Artigo 124 do Regimento Interno do Conselho Federal, caso os sites não fossem mudados até 31 de julho.

Dificuldades

Anteriormente, cada CRB desenvolvia seu trabalho, atendendo às necessidades regionais. Os serviços disponíveis na página do CRB-6 eram direcionados de forma peculiar, em atenção às necessidades e particularidades dos bibliotecários de Minas Gerais.

Agora, com a padronização e integração ao portal corporativo, a 15ª gestão do CRB-6 reconhece que dificilmente poderá continuar utilizando os mesmos meios para prestar os serviços anteriormente disponibilizados.

A Diretoria do CRB-6 reconhece as dificuldades que o novo sistema tem trazido aos bibliotecários mineiros – incluindo a impossibilidade de acesso à página do Conselho Regional em várias ocasiões – e pede desculpas pelo incômodo. A prioridade será aproveitar ao máximo as alternativas do portal corporativo do Sistema CFB/CRB e, a curto prazo, atualizar as informações necessárias à classe.

Educação votou 82 propostas no primeiro semestre de 2009

A Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados fez balanço de sua atuação no primeiro semestre deste ano. Do total, 55 foram aprovadas e 27, rejeitadas. Ao todo foram realizadas 15 reuniões ordinárias, seis audiências públicas e dois seminários.

*Entre as propostas aprovadas estão o substitutivo ao Projeto de Lei 2246/07, para proibir o uso de telefones celulares por alunos e professores nas salas de aulas das escolas de educação básica de todo o País; **o substitutivo aos projetos de lei 3.044/08 e 4.536/08, para tornar obrigatória a instalação de bibliotecas em todas as escolas públicas de educação básica com bibliotecários com formação de nível superior**; e o substitutivo aos projetos de lei 3.259/08 e 3.283/08, para obrigar as fundações de apoio de instituições federais de ensino superior e de pesquisa científica e tecnológica a prestarem contas aos órgãos de controle do Executivo, como o Tribunal de Contas da União (TCU) e a Controladoria-Geral da União (CGU).*

Debates

A presidente da comissão, deputada Maria do Rosário (PT-RS), destacou, entre os principais temas de debate na comissão nos primeiros seis meses de 2009, o Programa de Financiamento Estudantil (Fies) e o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).

A utilização das verbas do Fundeb foi discutida em audiência pública no último dia 16. O debate, proposto pelo deputado Wilson Picler (PDT-PR), reuniu representantes da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

Plano de Educação

Maria do Rosário ainda lembrou, entre as atividades do primeiro semestre, o início da discussão do Plano Nacional de Educação (PNE). A comissão realizou uma videoconferência com a participação de assembleias legislativas.

A partir de agosto, serão realizados encontros nas cinco regiões brasileiras e um seminário nacional para discutir o plano, que vai vigorar entre 2011 e 2020. As propostas apresentadas durante esses debates serão sistematizadas e encaminhadas ao Ministério da Educação, como subsídio para a formulação do novo PNE.

Na área de cultura, a presidente da comissão disse que já foram designados relatores para várias proposições relativas ao Plano Nacional de Cultura e ao Sistema Nacional de Cultura.

Segundo Maria do Rosário, a aprovação da PEC 150/03, desarquivada nesta legislatura, é fundamental para a cultura no País. A proposta obriga a União a destinar 2% do dinheiro arrecadado com impostos para a preservação do patrimônio cultural brasileiro; os estados e o Distrito Federal, 1,5%; e os municípios, 1%.

Além dessa PEC, estão sendo analisadas outras duas sobre o mesmo tema - a 427/01 e a 324/01. Em abril, foi criada uma comissão especial para examinar essas três propostas.

(Agência Câmara)